

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1.....	13
1. ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO	13
1.1. Funções econômicas do Estado e o objeto de estudo do Direito Financeiro.....	13
2. COMPETÊNCIA PARA LEGISLAR SOBRE DIREITO FINANCEIRO.....	15
2.1. Competência concorrente entre a União, estados-membros e o DF...	15
2.2. Lei complementar, lei ordinária e medida provisória	16
3. PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO FINANCEIRO	19
3.1. Princípio da legalidade	19
3.2. Princípio da transparência	20
3.2.1. Relatório resumido de execução orçamentária e de gestão fiscal.....	21
3.3. Princípio da economicidade	24
3.4. Princípio da responsabilidade fiscal e sustentabilidade fiscal.....	24
CAPÍTULO 2	25
4. ORÇAMENTO PÚBLICO	25
4.1. Conceito e características	25
4.2. Aspectos do orçamento	25
4.3. Modelos/espécies de orçamento.....	26
4.4. Natureza jurídica e impositividade do orçamento.....	28
4.5. Princípios orçamentários.....	37
4.5.1. Princípio da legalidade.....	37
4.5.2. Princípio da unidade.....	37
4.5.3. Princípio da exclusividade.....	38
4.5.4. Princípio da universalidade.....	38
4.5.5. Princípio do orçamento bruto	38
4.5.6. Princípio da anualidade	39

4.5.7. Princípio da não vinculação ou não afetação da receita de impostos.....	39
4.5.8. Princípio da transparência orçamentária.....	40
4.5.9. Princípio da especificação, clareza ou discriminação.....	41
4.5.10. Princípio da proibição de estorno.....	42
4.5.11. Princípio da unidade de caixa ou de tesouraria.....	43
4.5.12. Princípio do equilíbrio orçamentário.....	44
4.5.13. Princípio da quantificação dos créditos.....	44
4.6. Ciclo Orçamentário.....	44
4.6.1. Aspectos gerais.....	44
4.6.2. Emendas ao orçamento.....	51
4.7. Leis orçamentárias em espécie.....	52
4.7.1. PPA – Plano Plurianual.....	52
4.7.2. LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias.....	53
4.7.3. LOA – Lei Orçamentária Anual.....	55
4.8. Execução orçamentária.....	58
4.9. Créditos adicionais.....	59
CAPÍTULO 3	63
5. RECEITAS PÚBLICAS.....	63
5.1. Conceito e classificações.....	63
5.1.1. Diferença entre ingresso e receita.....	63
5.1.2. Receitas quanto à origem.....	64
5.1.3. Receitas quanto à categoria econômica.....	65
5.1.4. Receitas quanto à periodicidade.....	66
5.2. Fases da receita pública.....	69
5.3. Duodécimos.....	70
5.4. Receita corrente líquida.....	71
5.5. Arrecadação de receitas.....	72
5.6. Renúncia de receita.....	72
5.7. Repartição de receitas.....	76
5.7.1. Repartição de receitas constitucionais.....	77
5.8. Transferências voluntárias.....	79
5.9. Vedação de recebimento de receitas.....	81
5.10. Dívida ativa.....	82
5.11. Fundos públicos.....	83
5.12. Desvinculação de receitas.....	83

CAPÍTULO 4	87
6. DESPESA PÚBLICA	87
6.1. Conceito e classificações.....	87
6.1.1. Despesas quanto à origem do recurso	87
6.1.2. Despesas quanto à categoria econômica.....	88
6.2. Fases da despesa pública	90
6.2.1. Fixação	91
6.2.2. Empenho.....	91
6.2.2.1. Tipos de empenho	92
6.2.2.2. Cancelamento e anulação de empenho....	93
6.2.3. Liquidação	94
6.2.4. Pagamento	94
6.2.4.1. Regime de adiantamento	95
6.2.5. Restos a pagar e DEA	95
6.2.5.1. Conceito e classificação.....	95
6.2.5.2. Restos a pagar e as vedações legais.....	96
6.2.5.3. Cancelamento de restos a pagar.....	97
6.2.5.4. Despesa de exercício anterior – DEA.....	98
6.2.5.5. Regime de caixa e de competência	99
6.3. Precatórios.....	99
6.3.1. Regras gerais	99
6.3.2. Requisição de pequeno valor – RPV.....	111
6.3.3. Regime de preferências	113
6.4. Despesas públicas na Lei de Responsabilidade Fiscal.....	116
6.4.1. Geração de despesa pública	116
6.4.2. Despesa obrigatória de caráter continuado – DOCC	117
6.4.3. Despesa com pessoal.....	119
6.4.3.1. Conceito e requisitos	119
6.4.3.2. Limites globais	121
6.4.3.3. Limites setoriais	122
6.4.3.4. Despesas nulas.....	123
6.4.4. Despesas com seguridade social.....	127
6.5. Despesas em tempos de calamidade pública.....	129
6.6. Regime de recuperação fiscal	133
6.7. Teto de gastos e novo regime fiscal sustentável.....	138
6.8. Programa de renegociação de dívidas dos Estados e do DF.....	141

CAPÍTULO 5 143

7. CRÉDITO PÚBLICO.....	143
7.1. Conceito e classificações.....	143
7.2. Competência legislativa e administrativa	145
7.3. Recondução dos limites da dívida	146
7.4. Operações de crédito	147
7.5. Operações de crédito por antecipação de receita orçamentária – ARO	149
7.6. Banco Central do Brasil	150
7.7. Cessão de créditos e securitização da dívida.....	151

CAPÍTULO 6 153

8. CONTROLE DA ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO	153
8.1. Conceitos e espécies de controle.....	153
8.1.1. Controle quanto ao objeto.....	154
8.1.2. Controle quanto ao momento	155
8.1.3. Controle quanto ao tipo	156
8.1.4. Controle quanto ao órgão executor	159
8.1.5. Modelos de controle externo	161
8.2. O controle externo e os Tribunais de Contas.....	162
8.2.1. Composição dos Tribunais de Contas.....	164
8.2.2. Funções e competências dos Tribunais de Contas.....	172
8.2.2.1. O poder de cautela dos Tribunais de Contas.....	183
8.2.2.2. A competência para julgar as contas de governo e de gestão	187
8.2.2.3. Julgamento das contas dos responsáveis..	193
8.2.2.4. Registro dos benefícios previdenciários e decadência	196
8.2.2.5. TCU, OAB e o dever de prestar contas....	198
8.2.2.6. Poder consultivo dos Tribunais de Contas	201
8.2.3. Prescritibilidade da pretensão punitiva e ressarcitória.....	202
8.2.4. Controle de constitucionalidade pelos Tribunais de Contas...	205
8.2.5. A atuação dos Tribunais de Contas na Lei de Responsabilidade Fiscal.....	207
8.2.6. Ministério Público de Contas	209

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 223